

A expressão da subjetividade em língua espanhola: uma análise funcionalista em artigos de opinião

Nadja Paulino Pessoa¹

¹Universidade Federal do Ceará (UFC)

nadjapp@yahoo.com.br, nadja.prata@ufc.br

Resumo: O presente trabalho objetiva a descrição e a análise das expressões linguísticas da subjetividade em espanhol peninsular relacionadas à construção de artigos de opinião, publicados em jornais on-line, tendo em vista a categoria modalidade, a partir da perspectiva da funcionalista. Segundo Coracini (1991), a categoria modalidade constitui um dos modos de expressão da subjetividade de um enunciador, de modo a (des)comprometer-se com relação à informação que veicula, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. Assim, parece-nos possível estabelecer uma relação entre os meios de expressão e a construção da argumentação.

Palavras-chave: funcionalismo; subjetividade; modalidade em língua espanhola; artigos de opinião.

Introdução

A modalidade, considerada como a “gramaticalização da subjetividade do falante”, tem sido objeto de estudo dos mais variados enfoques teóricos, o que lhe confere caráter multidisciplinar. Entretanto, no que concerne à interrelação entre esta categoria linguística e a construção do discurso, ainda percebemos uma carência de estudos que abordem a modalidade como uma categoria semântico-pragmática, uma vez que muitas investigações se centram somente nos meios de expressão da modalidade.

Segundo Coracini (1991), a categoria modalidade constitui um dos modos de expressão da subjetividade de um enunciador, de modo a (des)comprometer-se com relação à informação que veicula, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. Tendo em vista a “gramaticalização das atitudes e opiniões dos falantes” em espanhol, parece-nos possível estabelecer uma relação entre os meios de expressão, sejam epistêmicos ou deônticos, e a construção da argumentação de artigos de opinião veiculados nos jornais espanhóis disponíveis na internet.

Acreditamos, pois, que o uso de expressões de subjetividade constitui um meio de persuadir e/ou convencer o leitor, que pode diferenciar-se das expressões em português, o que pode contribuir para trabalhos de caráter contrastivo entre essas duas línguas. Para dar conta desses aspectos, optamos por uma abordagem que analise as estruturas linguísticas em dada situação comunicativa, o que

pressupõe considerar o propósito do evento de fala, seus participantes e o contexto discursivo. Daí a nossa opção pelo modelo de análise funcionalista, uma vez que a língua é vista como um instrumento de interação social, cuja principal função é a comunicativa.

Ao adotarmos um posicionamento funcionalista, vemos que é possível observar a interrelação entre os modalizadores e um dado discurso, contemplando suas funções discursivas em ocorrências reais de uso. Devido à importância do nível pragmático, a pesquisa funcionalista é feita pela análise dos enunciados realizados efetivamente nos gêneros textuais, tidos como práticas sociodiscursivas, que estão diretamente relacionados às diversas esferas da atividade humana, que têm em comum a utilização da língua (BAKHTIN, 1992). Assim, a análise da expressão da subjetividade será feita a partir de enunciados efetivos em espanhol peninsular

Parece-nos, pois, extremamente útil observar que meios linguísticos se prestam à expressão da subjetividade em espanhol, difundido na mídia *on-line*, uma vez que as escolhas por determinados modalizadores podem estar condicionadas pelos propósitos comunicativos de cada falante.

Acerca da tipologia da categoria modalidade

Numa abordagem funcionalista, do ponto de vista da Linguística, o que interessa é a competência comunicativa, ou seja, o modo como os usuários da língua se comunicam de modo efetivo, já que a linguagem constitui uma atividade cooperativa regida por normas, regras linguísticas e pragmáticas. Isto pressupõe que eles sejam capazes de adequar-se às diversas situações, fazendo uso das expressões de modo apropriado, segundo as convenções da interação verbal da comunidade na qual estão inseridos. Desse modo, as estruturas linguísticas são “configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração” (NEVES, 2001, p. 2). Isto significa assumir o postulado da não-autonomia da língua.

No que tange as modalidades lingüísticas, Lyons (1977) explica que elas devem ser investigadas como atitudes proposicionais, podendo ser subdivididas em epistêmica e deôntica. A modalidade epistêmica, segundo o autor, está relacionada ao conhecimento ou crença do falante em relação à verdade de uma proposição. Desse modo, um enunciado epistemicamente modalizado é aquele em que o falante qualifica explicitamente seu comprometimento com relação à verdade da proposição. Nesse tipo de modalidade, é possível distinguir dois subtipos: a objetiva e a subjetiva. Essa distinção, entretanto, não é claramente feita no uso cotidiano da linguagem.

Na modalidade epistêmica objetiva, o falante está comprometido com a factualidade da proposição, ou seja, da informação que ele dá ao ouvinte, contém, pois o componente “isto-é-assim”. A proposição nesse tipo expressa um conhecimento geralmente aceito ou cientificamente comprovado. Daí sua aproximação com a alética. A modalidade epistêmica subjetiva, por sua vez, está relacionada à expressão da opinião do falante, às inferências e aos boatos (*hearsay*), cujo componente é “eu-digo-assim”.

Com relação à modalidade deôntica, ela está relacionada à obrigação, à permissão e à proibição. Desse modo, a modalidade deôntica está associada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. A proposição descreve, pois, um estado-de-coisas que será obtida caso o ato seja realizado.

Palmer (1986), em seu livro *Mood and Modality*, define modalidade como “a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante”. Para ele, o elemento subjetividade é a característica essencial para definir esta categoria.

A modalidade epistêmica envolveria as noções de possibilidade e necessidade, além de servir para indicar o grau de comprometimento do falante com o que ele diz. Sendo assim, Palmer (1986) inclui a evidência, seja o rumor, o relato ou a evidência de sentidos, como um subtipo desta modalidade. O outro subtipo seria o julgamento, que envolve opiniões ou conclusões do falante. Tanto os julgamentos quanto as evidências podem ser vistos como recursos para indicar que ele (o falante) quer marcar seu comprometimento com relação à verdade do que esta sendo dito.

A propósito da modalidade deôntica, o autor inclui, sob este rótulo, todo tipo de modalidade que “contém o elemento de vontade”. Com base na noção de atos de fala de Searle, ele estabelece dois tipos básicos de modalidade deôntica: o diretivo, em que o enunciador chama a atenção do(s) outro(s) ou tenta convencê-lo(s) a fazer algo; e o comissivo, que diz respeito à promessa ou ameaça que o falante faz. O ponto comum entre esses dois tipos é que são não somente subjetivos, mas também performativos, pois eles instigam a realização de uma ação por outros ou pelo próprio falante.

Em Halliday (2004), o termo modalidade está diretamente relacionado à polaridade, uma vez que aquela se refere a graus intermediários entre os pólos positivo e negativo. Para uma tipologia da modalidade, o autor leva em consideração a função subjacente da fala e a forma da sentença, o que permite distinguir modalização e modulação. O quadro a seguir sintetiza a proposta do autor:

Quadro 1: Relação entre modalidade e modulação

Modalidade			
Modalização (epistêmica)		Modulação (deôntica)	
Tipo indicativo		Tipo imperativo	
Probabilidade	Usabilidade	Obrigaçã (comando)	Inclinação (oferta)

O termo modalização é usado para o que se conhece como modalidade epistêmica, pois serve para expressar a avaliação do falante sobre probabilidades ou frequência, correspondendo, assim, à função interpessoal da linguagem, uma vez que a língua é usada de modo a atuar sobre os outros.

O termo modulação, por sua vez, é empregado para se referir ao que se denomina modalidade deôntica. Ela compreende os atos de comando e sugestão, pois serve para expressar as condições factuais no processo expresso na oração, o que corresponde à função ideacional (ou representacional, nos termos de HENGEVELD, 1988), pois a língua é usada para compreender o meio.

Cabe, ainda, ressaltar que a terceira função da linguagem, a textual, está relacionada às outras duas, uma vez que a construção da experiência e as relações interpessoais dependem da capacidade que o falante tem de construir seqüências discursivas e organizar o fluxo discursivo. A função textual está, pois, relacionada à construção do discurso, ou seja, é referente à organização interna (coesão e coerência).

Como vemos, existem inúmeras possibilidades de análise da modalidade sob uma perspectiva funcionalista. Entretanto, preferimos o modelo proposto por

Hengeveld (1988) e Dik (1997), uma vez que tal modelo nos fornece a noção de escopo de atuação dos modalizadores (operadores ou satélites), o que permite distinguir diferentes instâncias de modalização.

Hengeveld (1988), inspirado nas idéias de Lyons (1977), propõe a existência de três tipos de modalidade, a saber: a inerente, a objetiva (epistêmica e deôntica) e a epistemológica (subjativa, evidencial), dependendo do nível (ou camada) de atuação do modalizador, ou seja, do meio de expressão usado para codificar essas nuances. Vejamos o esquema abaixo:

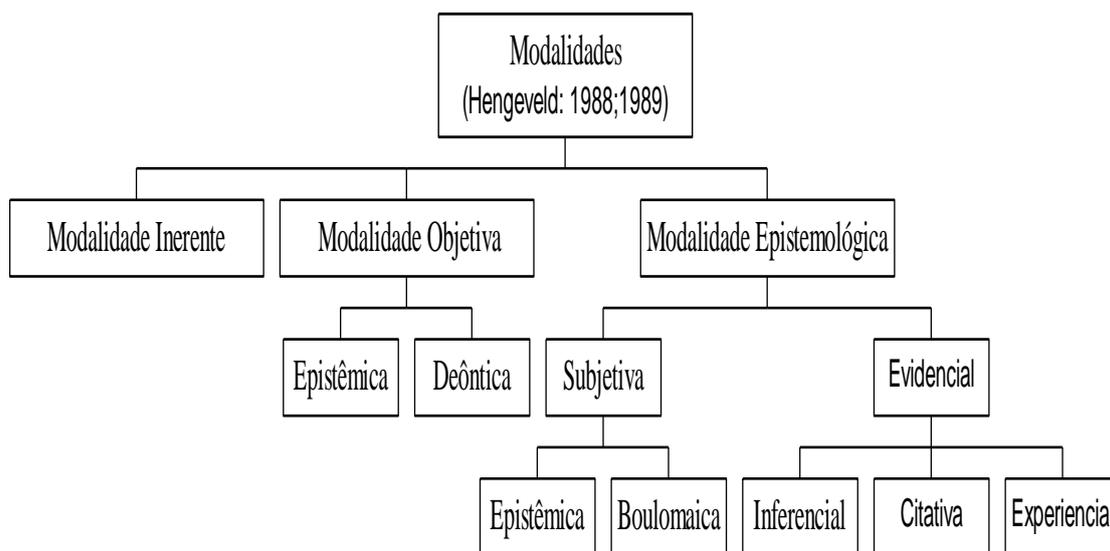


Figura 3: Tipologia de modalidade, segundo Hengeveld (1988)

A modalidade inerente refere-se à relação entre um participante e a realização do EC no qual ele está inserido. Configura-se, portanto, no nível da predicação, indicando, geralmente, capacidade, habilidade e volição. Corresponde, pois, a modalidade dinâmica, proposta por Palmer (1986).

Na modalidade objetiva, o falante avalia o estatuto de realidade de um EC designado na predicação. Tal avaliação é dita epistêmica, quando o falante concebe, segundo seu conhecimento, o estatuto de um EC conforme uma escala de possibilidade (certo>provável>possível>improvável> impossível)¹. A deôntica é a modalidade na qual o falante concebe um EC de acordo com uma escala de permissividade (obrigatório> aceitável> permissível> inaceitável> proibido) ², segundo convenções morais, sociais ou legais. Em ambas, o falante está isento de responsabilidade, pois não existem marcas lingüísticas que revelem sua relação pessoal com o que é dito. Como vemos, a modalidade deôntica se dá no nível da predicação, que corresponde a função representacional da linguagem. Chamamos, entretanto, a atenção para o fato de que, no discurso publicitário, ao utilizar modalizadores deônticos, o anunciante visa modificar a informação pragmática do leitor-consumidor de tal modo que ele aja (compre), o que nos leva a dizer que a modalidade deôntica se presta também à função interpessoal.

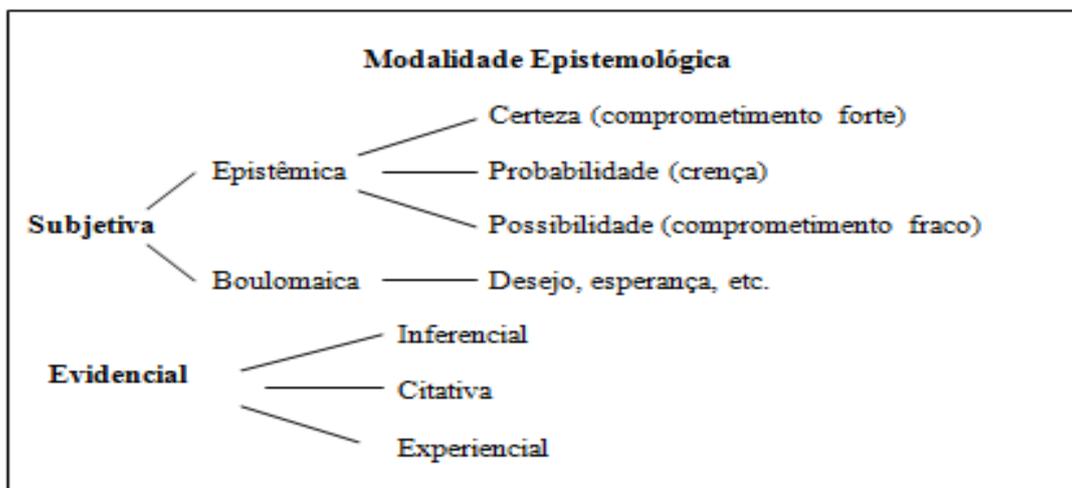
A modalidade epistemológica diz respeito à expressão do (des)comprometimento do falante em relação à verdade do conteúdo da proposição. Tal modalidade é subdividida em subjativa, na qual o falante se assume como fonte da informação, não podendo, por isso, ser questionada; e evidencial, na

¹ Cf. Neves (1996).

² Cf. Neves (1996).

qual o falante, dependendo da sua intenção comunicativa, pode ou não indicar a fonte da informação, como forma de (des)comprometer-se com relação à mensagem que ele veicula. Como vemos, o grau de comprometimento está diretamente relacionado à origem da informação contida na predicação. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 2: As subdivisões da modalidade epistemológica



Fonte: Hengeveld (1988, p. 240)

Como podemos ver, a modalidade subjetiva é subdividida em epistêmica e boulomaica. Naquela, o evento é um construto - pensamento, crença e fantasia - do falante; enquanto que, na boulomaica, o falante expressa seus desejos e esperanças, indicando seu comprometimento emocional.

Na modalidade epistemológica evidencial, o falante não se mostra como fonte da informação, indicando a fonte de sua informação. O evento pode, assim, ser caracterizado como inferido (evidencial inferencial), como relatado a partir de uma outra fonte (evidencial citativa) ou como sendo experienciado por uma fonte qualquer (evidencial experiencial).

Metodologia

A análise qualitativa das ocorrências encontradas foi feita com base na perspectiva funcional, levando em consideração um *corpus* de 20 artigos de opinião, retirados principalmente de *El País*, *El Periódico* e *El mundo*.

A escolha destes jornais se deve ao fato de que eles são representativos da língua espanhola, especificamente a peninsular, e estão disponíveis na internet, o que facilita o acesso aos dados da pesquisa no que se refere à seção de "Opinião". Nesta parte dos jornais, encontramos as opiniões individuais de vários profissionais, por meio de artigos de opinião, e a opinião do jornal, por meio de editoriais. Como pretendíamos, ver a relação entre a expressão da subjetividade e a categoria modalidade, recorreremos a ambos os textos, pois tratam da opinião sobre temas atuais. Vejamos:

Igualmente ao editorial, o artigo de opinião é escrito com o objetivo de ilustrar ao público, só que neste caso já não é a instituição a que se manifesta, mas é o jornalista que m faz a interpretação dos acontecimentos com a intenção de provocar uma

opinião no público. Assim, por meio de seus juízos e comentários, o articulista expressa seu ponto de vista, e em algumas ocasiões inclusive solicita algum comportamento específico por parte do público. (GONZÁLEZ, 1999) ³.

Para a análise, estabelecemos alguns parâmetros a partir dos quais codificamos cada ocorrência, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 3: Parâmetros para análise do corpus

Tipo de modalidade	Deôntica
	Epistêmica
Formas de expressão	Auxiliar modal
	Adjetivo
	Verbo
	Substantivo
	Advérbio
Tempo/aspecto (forma de expressão)	Presente
	Pretérito perfeito
	Pretérito imperfeito
	Futuro do presente
	Futuro do pretérito

Feitas essas considerações de ordem metodológica, passaremos aos resultados.

Resultados parciais: análise e discussão⁴

Após a análise dos 20 artigos de opinião, retirados de jornais em espanhol, disponíveis *on-line*, constatamos 72 ocorrências de modalizadores (epistêmicos e deônticos), que se prestam à expressão da subjetividade do enunciador, seja um indivíduo, no caso dos artigos assinados, seja a instituição/ o jornal, no caso dos editoriais.

Tendo em vista que havia a expressão formal das duas grandes distinções modais, estabelecemos a “variável” referente ao tipo de modalidade: (i) deôntica e (ii) epistêmica. Nesta incluímos, os subtipos ‘objetiva’ e ‘epistemológica’, segundo a proposta de Hengeveld (1988).

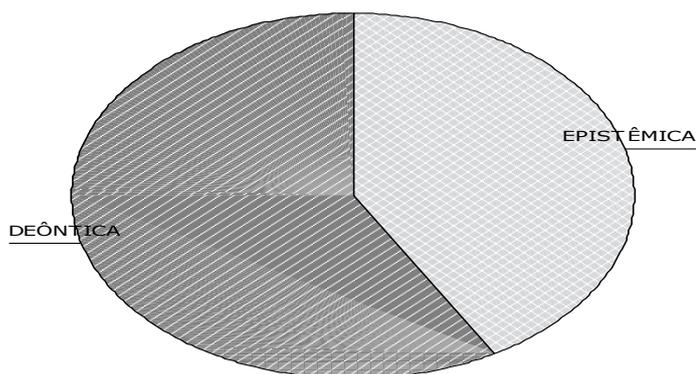
Tipo de modalidade

Após a codificação das 72 ocorrências, observamos que o enunciador opta mais por expressar sua subjetividade por meio da modalidade deôntica, como mostra o gráfico seguinte:

³ Tradução de responsabilidade da autora.

“Al igual que el editorial, el artículo de fondo³ se escribe con el objeto de ilustrar al público, sólo que en este caso ya no es la institución la que se manifiesta, sino que es el periodista quien hace la interpretación de los acontecimientos con la intención de provocar una opinión en el público. Así, mediante sus juicios y comentarios el articulista expresa su punto de vista, y en ocasiones incluso solicita algún comportamiento específico por parte del público.”

⁴ As análises e discussões desenvolvidas aqui são preliminares.

Gráfico 1: Tipo de modalidade

Na maioria dos casos (42/72), houve a expressão da modalidade deôntica. Talvez isso se deva ao fato de o enunciador expresse seu ponto de vista sobre os temas atuais, colocando as obrigações, permissões ou proibições que devem ou deveriam ser feitas pelos governos, pela sociedade ou por ele mesmo.

Nos outros casos (30/72), houve a expressão da modalidade epistêmica, versando ora sobre a probabilidade, possibilidade ou certeza dos fatos asseverados, ora sobre a 'fonte' da informação.

Em (01), percebemos o uso dos auxiliares modais "poder" e "deber" para expressar respectivamente a modalidade epistêmica e a deôntica.

(01) En el fútbol español, la gestión no tiene premio ni castigo; es un limbo jurídico y político. Un plan de austeridad salarial **puede** y **debe** aplicarse en España. (*El País*)

O enunciador, *El País*, que é a instituição, manifesta sua subjetividade, por meio dessa marcação formal. Como o enunciador em questão não tem autoridade legal para obrigar a adoção de um plano salarial, percebe-se que este é o ponto de vista no que se refere ao futebol.

Formas de expressão

Em relação às formas de expressão das modalidades, como "gramaticalização da subjetividade do falante", estabelecemos as seguintes marcas: (i) auxiliar modal, (ii) verbo pleno, (iii) adjetivo, (iv) advérbio e (v) substantivo.

A tabela 1 mostra a quantidade de cada forma de expressão:

Tabela 1: Formas de expressão da subjetividade

	No.
SUBSTANTIVO	2
ADVERBIO	5
ADJETIVO	8
VERBO	15
AUXILIAR	42
Total	72

Dos dois substantivos usados, todos se prestam à expressão da modalidade deôntica, como em (02):

(02) Entonces, los saharauis, abandonados por un Estado que tenía la **obligación** de defenderlos, cerraron sus casas. (A.G. - *El País*)⁵

Dos cinco advérbios presentes dos textos analisados, quatro servem à expressão da modalidade epistêmica, o que mostraria uma 'predileção' por marcar esta categoria por meio dessa forma em relação à modalidade deôntica.

A ocorrência a seguir exemplifica a expressão da modalidade epistêmica, marcando a subjetividade do enunciador por meio de uma locução adverbial:

(03) **En mi opinión**, no es prudente, en este momento, con más de cuatro millones de parados, pasar de 65 a 67 años en la jubilación. (N.S. - *El País*)

Dos oito adjetivos encontrados no *corpus*, percebemos um equilíbrio no uso desta forma para ambas modalidades, já que metade das ocorrências se deu com a modalidade deôntica, como em (04), e a outra metade, com a modalidade epistêmica, como em (05):

(04) Sería **conveniente** discutir el cambio de la ley vigente desde 1977 antes de que acabe la legislatura. (*El Periódico*)

(05) Estoy **convencido** de que no es esta la posición del Gobierno, aunque nunca entendí por qué se rebajaban las pensiones -menos las mínimas- en el 2011, cuando ello no afecta ni al déficit ni a la deuda y, además, supone una cantidad menor en el desmadre de la crisis. (N.S. - *El País*)

Os adjetivos 'conveniente' e 'convencido' estão em posição predicativa, focalizando o que se sucede, mas também mostrando que é a opinião do enunciador. Em (04), recorre-se ainda ao uso do futuro do pretérito para marcar que o que será apresenta configura uma opinião do enunciador, que no caso é o jornal.

Dos quinze verbos, dez se prestam à expressão da modalidade epistêmica. Vejamos:

(06) ¿Saben que cada familia europea dedicamos unos 1.000 euros anuales en subvenciones a la agricultura? *A mí*, de entrada, no *me parece* mal, pero me gustaría saber exactamente dónde y a qué se dedica un volumen tan importante de recursos. (G. D. G. - *El País*)

O verbo 'parecer', acompanhando do pronome de primeira pessoa do singular (*a mí... me*) marca a subjetividade do enunciador em relação à divulgação dos gastos da União Europeia com a agricultura.

Por fim, dos quarenta e dois auxiliares modais, trinta se relacionam à modalidade deôntica e doze, à modalidade epistêmica, como se viu em (01). Na maioria dos casos (20/42), esses auxiliares ocorrem no presente.

Categoria relativa aos ECs: o tempo/aspecto verbal

⁵ As letras fazem referência às iniciais dos autores dos artigos. Nesses casos, aparecerá também o jornal de onde foi retirada a ocorrência.

A categoria modalidade está mais frequentemente relacionada à categoria de tempo (passado, presente e futuro), uma vez que ambas são mais comumente marcadas por alguma flexão verbal. Em alguns casos, a escolha por determinado tempo verbal serve como um meio de expressão da modalidade ou, ainda, tem a função de asseverar ou atenuar a força ilocucionária de um modalizador, como observa Silva-Corvalán (1995), ao analisar as condições de interpretação para os verbos modais “poder” e “deber” em Espanhol.

A autora chama a atenção para o fato de que o verbo ‘poder’ no tempo presente pode receber as seguintes leituras: permissão, habilidade, mitigação, possibilidade de raiz e possibilidade epistêmica. Quanto ao verbo ‘deber’, quando na forma do tempo presente, pode ser interpretado como necessidade ou possibilidade epistêmica, mitigação e obrigação ou conselho. A morfologia verbal contribui, assim, para que uma proposição seja interpretada como mais ou menos assertiva (escala de assertividade), o que significa dizer que há uma relação entre modalidade e outras categorias verbais, como tempo, modo e aspecto. No que se refere ao tempo/aspecto relacionados aos modalizadores do nosso corpus, estabelecemos o seguinte: (i) presente, (ii) pretérito perfeito, (iii) pretérito imperfeito, (iv) futuro do presente, (v) futuro do pretérito e (vi) não se aplica, para os casos em que não é possível conferir esta categoria, como substantivos e advérbios.

A tabela 2 mostra os dados obtidos com base na análise das ocorrências:

Tabela 2: Tempo/aspecto dos modalizadores

	No.
perfeito	1
futuro do presente	3
imperfeito	6
não se aplica	7
futuro do preterito	15
presente	40
Total	72

O pretérito perfeito somente foi encontrado em uma ocorrência, associado à modalidade deôntica.

O futuro do presente, que serve como um elemento de asseveração da força ilocucionária, ocorreu em apenas três casos, relacionados à modalidade deôntica, como em (07):

(07) ¿Qué medidas hay que empezar a imaginar para que los catalanes tengan garantizada una asistencia sanitaria de calidad dentro de 15 años y la ratio médico/pacientes sea la adecuada? Los expertos **tendrán que** opinar, y la Generalitat, tomar decisiones, pero parece que será inevitable ampliar las plazas universitarias para formar médicos. (*El Periódico*)

O pretérito imperfeito ocorreu com os auxiliares modais em maior número com a modalidade epistêmica (4/6), como em (08). Em apenas dois casos, apareceu com a modalidade deôntica.

(08) Y este es un hito a destacar: que la libertad de expresión, absoluta en las reuniones de las Cortes, se trasladara, como no **podía** ser de otra manera, a la libertad de expresión en el ámbito de la prensa. (M.D.M. – *El País*)

Nesse caso, o auxiliar modal 'poder', ao estar no imperfeito, serve para expressar a subjetividade do enunciador em relação ao que está sendo veiculado. O trecho "como no **podía** ser de otra manera" marca o discurso comentado do produtor textual. Assim, o imperfeito serve como um meio de mitigar a força ilocucionária do modalizador epistêmico.

O futuro do pretérito ocorreu associado a: auxiliares modais (12/15), adjetivos em função predicativa (2/15) e verbos (1/15). Dos quinze usos de modalizadores com esse tempo, onze ocorreram associados à modalidade deôntica, como em (09):

(09) El anuncio del Gobierno de que regulará por ley el derecho a una muerte digna de los enfermos terminales **debería** concitar el mayor consenso y ningún rechazo. Se trata de un derecho humano fundamental y, por tanto, la iniciativa destaca entre la batería de propuestas adoptadas ayer por el Consejo de Ministros que pretende ahondar en la agenda social de un Gobierno que ha quedado superado por la coyuntura económica. (*El País*)

Esse tempo verbal funciona como um meio de asseveração mais brando do que o futuro do presente e mais forte do que o imperfeito, marcando assim a introjeção do enunciador no seu enunciado.

Por fim, o tempo verbal mais recorrente foi o presente (40/72), que estava associado a: auxiliares modais (20/40), verbos (14/40) e adjetivos em função predicativa (6/40). No caso dos auxiliares modais, esse verbo ocorreu em maior número com a modalidade deôntica (16/20). Nos verbos e nos adjetivos, a associação desse tempo estava relacionada à modalidade epistêmica, como em (01) y (06). Nesses casos, há a criação de um efeito de "sentimento de presença", a fim de expressar aquilo que é universal.

Considerações finais

Os resultados a que chegamos dizem respeito ao *corpus* da análise. Pode ser que, ao ampliar-se a quantidade de textos opinativos escritos em espanhol, consiga-se compreender de modo mais efetivo como a subjetividade, expressa por meio de modalizadores, se dá em língua espanhola e quais as distinções ou semelhanças que mantém com a língua portuguesa, o que é muita valia aos estudiosos de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE).

O trabalho desenvolvido está relacionado à descrição e à análise da língua espanhola usada na Espanha, o que poderá servir de subsídios para possíveis comparações em relação à variedade da língua, no que se refere aos níveis morfológico, sintático, semântico e pragmático-discursivo. Tais análises podem nortear também a construção de materiais didáticos de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE), a compreensão do sistema linguístico e da construção do discurso jornalístico, e auxiliar o professor nas explicações em sala de aula.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M.. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ/Pontes, 1991.

DIK. C. S. *The Theory of Funcional Grammar*. Vol. 1. Ed by Hengeveld (Kees) Berlin/ New York: Mounon de Gruyter, 1997.

GONZÁLEZ, S. *Géneros periodísticos 1*. Periodismo de opinión y discurso. Disponível em: <http://www.reformasecundaria.sep.gob.mx/espanol/tercer_grado/glz_articulo.pdf> Acesso em: 29 nov. 2010.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 2004.

HENGEVELD, Kees. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. In: *Journal of Semantics*, v. 6, 1988, p. 227-269.

LYONS, J.. *Semantics*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, M. H. de M. A modalidade. In: KOCH, I.G.V. (org.). *Gramática do português falado*. Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP - FAPESP, 1996, p. 163-199.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual conditions for the interpretations of 'poder' and 'deber' in Spanish. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Org.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 67-105.